

NÍVEL DE CONGRUÊNCIA ENTRE OS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA E OS FATORES DE RISCOS REPORTADOS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Corinto Lucca ARRUDA

Mestrando em Controladoria e Finanças pela Faculdade Fipecafi
São Paulo, Brasil

Fernando MENCHINI

Mestrando em Controladoria e Finanças pela Faculdade Fipecafi
São Paulo, Brasil

Fabiana Lopes da SILVA

Doutora em Ciências Contábeis pela FEA-Universidade de São Paulo (USP)
Professora do Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças da Faculdade Fipecafi
São Paulo, Brasil

Marta Cristina PELUCIO-GRECCO

Doutora em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie (Brasil) com
estágio doutoral na Universidad de Salamanca (Espanha)
Professora do Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças da Faculdade Fipecafi
São Paulo, Brasil

Área Científica: a) Informação Financeira e Normalização Contabilística

Palavras chave: Principais assuntos de auditoria (PAA), fatores de riscos.

NÍVEL DE CONGRUÊNCIA ENTRE OS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA E OS FATORES DE RISCOS REPORTADOS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Resumo

O estudo teve por objetivo avaliar o nível de congruência informacional entre os principais assuntos da auditoria e os fatores de riscos reportados pelas Instituições Financeiras registradas na Bolsa de Valores de São Paulo. Os procedimentos metodológicos foram: (i) coleta dos formulários de referência e das Demonstrações Financeiras Padronizadas, data-base 2016, das 25 instituições financeiras; (ii) categorização, pelos autores, dos riscos identificados e reportados pelas empresas no formulário de referência e dos principais assuntos de auditoria. Observou-se o baixo nível de congruência entre os fatores de riscos das entidades e os principais assuntos do ponto de vista dos auditores.

1. Introdução

Em dezembro de 2009, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a instrução nº 480 que dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários. Essa instrução estabelece que as empresas devem descrever, no formulário de referência, os fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento pelos stakeholders.

Ainda, o ofício circular da CVM nº02, de 29 de fevereiro de 2016, sobre orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, estrangeiras e incentivadas, define que “quaisquer fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados com o emissor e seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle, seus acionistas, suas controladas e coligadas, seus fornecedores, seus clientes, com os setores da economia nos quais o emissor atue e sua respectiva regulação, com os países estrangeiros onde o emissor atua e a questões socioambientais” devem ser expostos, em ordem de relevância (do mais relevante para o menos relevante).

Entende-se como risco, a ameaça de que um evento ou uma ação afete adversamente a habilidade da organização em maximizar valor para os stakeholders e atingir objetivos e estratégias. (Darlington et. al., 2001)

Uma das principais ferramentas para reduzir a assimetria de informações entre a administração das companhias e seus investidores é o relatório do auditor independente, que, em tese, representa uma fonte confiável de informações sobre a adequação das demonstrações financeiras da companhia auditada, em seus aspectos materiais, em relação ao framework regulatório e normativo aplicável (Matos e Cardoso, 2017).

O *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB 2013) e o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB 2013) recentemente realizaram audiências públicas sobre novos padrões de auditoria que exigiriam que os auditores se comunicassem no relatório de auditoria os “Principais Assuntos de auditoria” (KAM). Essas mudanças nos relatórios de auditoria visam reduzir o hiato da informação - diferenças entre a informação que os usuários desejam e o que está disponível para eles através das divulgações da entidade e do relatório do auditor. (tradução livre de IAASB 2011 *apud* Bédard, Gonthier-Besacier e Schatt, 2014).

O Novo Relatório do Auditor passou a ser emitido no Brasil sobre as demonstrações contábeis com exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com mudanças significativas no formato e conteúdo de forma a atender a demanda global dos usuários por um relatório mais informativo com a aprovação da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA CFC Nº 701 de 17/06/2016.

Esta norma trata da responsabilidade do auditor de comunicar os principais assuntos de auditoria em seu relatório sobre as demonstrações contábeis. Os “Principais Assuntos de Auditoria” - (PAA) são aqueles que, no julgamento do auditor, foram os de maior importância na auditoria, tratando, então, as especificidades de cada entidade auditada e sobre os quais havia grande expectativa do mercado em geral (adaptado da NBCTA 701, 2016 e IBRACON, 2017).

Apesar de não haver mudanças no escopo dos trabalhos de auditoria, fez - se necessária uma comunicação mais constante e eficiente entre os auditores, a administração e os órgãos de governança corporativa das entidades e, também, empenho adicional na preparação e discussão de um relatório com conteúdo específico ao invés de um conteúdo padronizado (IBRACON, 2017).

Portanto, as empresas de capital aberto devem reportar os eventos e riscos que possam influenciar a decisão de um *stakeholder* e o relatório de auditoria deve comunicar os principais assuntos em sua revisão sobre as demonstrações contábeis. Nesse contexto, o presente estudo busca responder a seguinte questão de pesquisa: qual é o nível de congruência informacional entre os principais assuntos da auditoria e os fatores de riscos reportados pelas Instituições Financeiras registradas na Bolsa de Valores de São Paulo?

Para isso, esse estudo tem por objetivo avaliar o nível de assimetria entre as preocupações do auditores e os riscos das instituições financeiras registradas na B3.

O ano de 2016 foi o primeiro ano de adoção dos principais assuntos de auditoria. Portanto, esse estudo visa contribuir com os investidores, profissionais e gestores que se deparam com temáticas associadas à PAA, bem como contruir para a pesquisa acadêmica.

Esse artigo está dividido em 5 partes, a primeira, denominada introdução, foram apresentadas a caracterização do tema, a formulação do problema e a descrição do objetivo. Na segunda parte, apresenta os conceitos de assimetria informacional e principais assuntos de auditoria. Na terceira parte, a metodologia utilizada. A quarta parte apresenta o resultado da análise sobre o nível de congruência informacional entre os principais assuntos da auditoria e os fatores de riscos reportados pelas Instituições Financeiras de capital aberta. Por fim, a quinta parte sintetiza as principais considerações referente ao desenvolvimento do artigo.

2. Referencial Teórico

2.1 Teoria da assimetria de informações

A literatura coloca que a informação tem um papel prioritário em uma empresa e é fundamental para tomada de decisão, e trata a assimetria de informações, correlacionada com a Teoria da Agência, uma vez que a diferença de informação ocorre em uma relação entre o agente e o principal.

Quadro 1: Conceituações de assimetria de informações

Descrição do Conceito	Fonte
Entendida como informações incompletas fornecidas pelo agente ao principal.	Nascimento e Reginato (2008)
Ocorre quando nem todos os fatos são conhecidos por ambas as partes (principal e agente), ou seja, quando a Informação é incompleta.	Hendriksen e Van Breda (1999)

<p>Ocorre quando uma das partes não possui todas as informações necessárias para observar se os termos do contrato proposto são mutuamente aceitáveis e serão implementados.</p>	<p>Milgrom e Roberts (1992)</p>
<p>Com base em um contrato formal ou informal, a assimetria da informação faz com que o agente ou o principal disponibilize recursos para um observar ou monitorar o outro, o que torna o custo dessa relação um tanto quanto elevado.</p>	<p>Marchet (2001)</p>
<p>Como sendo a diferença de informação existente em uma relação contratual entre o agente e o principal em função de uma parte possuir mais informação do que a outra, ou seja, há informação oculta (<i>hidden information</i>)”.</p>	<p>Santos <i>et al.</i> (2007)</p>
<p>O principal não consegue ter acesso ao modelo informacional do agente, ocorrendo assim a assimetria. Essas discrepâncias podem ser reduzidas ou até eliminadas mediante sistemas de incentivos ao agente, que o levam a administrar e empregar os recursos de acordo com o determinado pelo principal.</p>	<p>Iudícibus (2004)</p>

Fonte: Rocha et al. (2012).

2.2 Principais assuntos de auditoria

Para fins das NBCs TA, os Principais assuntos de auditoria são assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente. Os principais assuntos de auditoria são selecionados entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança.

Para o PCAOB (2013) “*the areas of an audit that involved the most difficult, subjective, or complex judgments OR posed the greatest difficulty in obtaining sufficient appropriate evidence OR posed difficulty in forming an opinion*”.

A figura 1 a seguir apresenta a árvore decisória de como esses assuntos de auditoria são determinados.

Figura 1 - A árvore decisória a seguir demonstra como esses assuntos são determinados.



Fonte: PwC (2016)

2.2.1 Determinação dos principais assuntos de auditoria

Para fins da NBC TA 701, o auditor deve determinar quais assuntos, entre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, exigiram atenção significativa na realização da auditoria. Para fazer tal determinação, o auditor deve levar em consideração o seguinte:

- (a) áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados;
- (b) julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento significativo por parte da administração, inclusive estimativas contábeis identificadas que apresentam alta incerteza de estimativa;
- (c) efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativos ocorridos durante o período.

O auditor deve determinar quais assuntos foram mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e, portanto, são os principais assuntos de auditoria.

2.2.2 Comunicação dos principais assuntos de auditoria

Para fins da NBC TA 701, o auditor deve descrever cada um dos principais assuntos de auditoria, utilizando um subtítulo adequado para cada um deles, em seção separada do relatório, sob o título “Principais assuntos de auditoria”. O texto de introdução dessa seção do relatório deve afirmar que:

- (a) os principais assuntos de auditoria são aqueles que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente; e
- (b) esses assuntos foram abordados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, ao formar sua opinião sobre elas, o auditor não fornece uma opinião separada sobre os referidos assuntos.

2.2.2.1 Circunstâncias em que o assunto, considerado como principal assunto de auditoria, não é comunicado no relatório do auditor

O auditor deve descrever cada um dos principais assuntos de auditoria em seu relatório, a menos que:

- (a) lei ou regulamento proíba a divulgação pública do assunto; ou
- (b) nos casos extremamente raros, em que o auditor conclua que o assunto não deva ser comunicado no seu relatório porque as consequências negativas de tal divulgação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Essa conclusão não se aplica se a entidade tiver prestado informações públicas sobre o assunto.

2.2.3 Comunicação aos responsáveis pela governança

Para fins da NBC TA 701, o auditor deve comunicar aos responsáveis pela governança:

- (a) os assuntos que ele tiver considerado como sendo principais assuntos de auditoria; ou
- (b) se aplicável, dependendo dos fatos e circunstâncias pertinentes à entidade e à auditoria, a determinação do auditor de que não existem principais assuntos de auditoria a serem comunicados no seu relatório sobre as demonstrações contábeis

2.3 Estudos realizados sobre os Principais Assuntos de Auditoria

O Quadro 2, a seguir, demonstra o resultado da pesquisa realizada sobre os principais assuntos de auditoria:

Quadro 2 - Resultados dos estudos Principais Assuntos de Auditoria.

Artigo	Principais resultados	Fonte
O impacto de Key Audit Matters (KAM) sobre a análise das demonstrações contábeis e sobre a propensão a investir.	Através de um experimento com investidores examinou-se o efeito que Key Audit Matters (KAM) tem sobre a análise das demonstrações financeiras, sobre a percepção de qualidade das demonstrações financeiras e do trabalho de auditor assim como sobre a propensão a investir na companhia. Os resultados sugerem que o investidor valoriza relatórios de auditoria que apresentam os resultados dos procedimentos efetuados nas áreas consideradas como as mais significativas pelo auditor, dado que percebe qualidade significativamente maior nas demonstrações financeiras e no trabalho do auditor, embora não haja diferença significativa de propensão a investir.	de Matos, & Cardoso (2017)

Costs and Benefits of Reporting Key Audit Matters in the Audit Report: The French Experience	This article presents original results on the effects of the justification of assessments (JOA), which are mandatory in France since 2003. On the other hand, the quality of the audit (proxied by a measure of earnings management), the cost of the audit (proxied by audit fees) and the efficiency of the audit (proxied by the audit report lag) are not significantly affected by the JOA.	Bédard, Gonthier-Besacier, & Schatt. (2014)
--	--	---

Risk Disclosure Preceding Negative Outcomes: The Effects of Reporting Critical Audit Matters on Judgments of Auditor Liability	The PCAOB and the IAASB recently proposed several significant changes to the audit reporting model, including requiring auditors to disclose critical audit matters (CAMs) in their audit reports. Contrary to the above concerns, results of the study indicate that disclosing CAMs, either related or unrelated to an undetected material misstatement, likely will not increase, and could decrease (depending on the type of misstatement), the probability of jurors holding auditors liable when audits fail to detect material misstatements.	Brasel, Doxey, Grenier, & Reffett. (2016).
--	---	--

Do Critical Audit Matter Paragraphs in the Audit Report Change Nonprofessional Investors' Decision to Invest?	We examine how nonprofessional investors react to an audit report's CAM paragraph that is centered on the audit of fair value estimates. We find that investors who receive a CAM paragraph are more likely to change their investment decision than are investors who receive a standard audit report (an <i>information effect</i>) or investors who receive the same CAM paragraph information in management's footnotes (a <i>source credibility effect</i>).	Christensen, Glover, & Wolfe. (2014).
---	---	---------------------------------------

Understanding audit reporting changes: introduction of Key Audit Matters	The audit profession has gone through a series of polemics in the last decade, which led to the need of change and revision of audit reporting and audit quality. This study aims to investigate if users of audit reports agree with IAASB's proposal to include a new section, Key Audit Matters (KAMs), in the audit report in order to include more information regarding the audit mission, with the aim of improving audit communication.	Cordos, & Fülöpa. (2015).
--	---	---------------------------

<p>The Informational Value of Key Audit Matters in the Auditor's Report : Evidence from an Eye - tracking Study</p>	<p>We examine whether and how the addition of mandatory paragraphs that highlight Key / Critical audit matters (KAMs) in the auditor's report affects users' information acquisition process using eye-tracking technology.</p> <p>We find that KAMs have attention directing impact, in that participants access KAM - related disclosures more rapidly and pay relatively more attention to them when KAMs are communicated in the auditor's report.</p>	<p>Sirois, L. P., Bédard, J., & Bera, P. (2017).</p>
---	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores

3. Metodologia

Pode-se caracterizar quanto aos objetivos desta pesquisa como exploratória, uma vez que “é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Portanto, esse tipo de pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (Gil, 1999 *apud* Beuren, 2008).

Em relação aos procedimentos da pesquisa caracteriza-se como documental, já que “baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (BEUREN, 2008). “Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel” (Silva e Grigolo, 2002 *apud* Beuren, 2008).

Quanto à abordagem do problema classifica-se como qualitativa, pois “concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado” (BEUREN, 2008) e quantitativa uma vez que procura-se “descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos”.

Os procedimentos metodológicos adotados podem ser considerados em quatro fases:

- (i) coleta dos formulários de referência e das Demonstrações Financeiras Padronizadas, data-base 2016, das 25 instituições financeiras (conforme classificação da B3) registradas na Bolsa de Valores de São Paulo, vide relação das empresas analisadas no Anexo I;
- (ii) categorização, pelos autores, dos riscos identificados e reportados pelas empresas no item 4 do formulário de referência, conforme Anexo II;
- (iii) categorização, pelos autores, dos principais assuntos de auditoria; e
- (iv) análise dos resultados.

4. Resultados

Na descrição e análise de resultados, inicialmente evidenciam-se a quantidade de fatores de riscos reportados no formulário de referência das entidades, a quantidade de categorias de riscos identificadas, conforme classificação dos autores, a quantidade de assuntos de auditorias por instituições, conforme demonstra a tabela 1.

Quanto aos fatores de riscos divulgados, nota-se que, em média, as entidades divulgam 27 fatores de riscos que podem impactar a instituição, sendo que uma entidade divulgou 65 fatores de riscos em seu formulário de referência. Em relação aos principais assuntos de auditoria, as entidades demonstram em seus respectivos pareceres do auditor, em média 4 assuntos de auditoria. Vale destacar que 5 entidades apresentaram apenas 1 assunto de auditoria e uma entidade apresentou 9 assuntos.

Tabela 1 - Análise estatística da amostra

Resultados estatísticos	Fatores de riscos	Categorias de riscos	de	Principais assuntos de auditoria	de
Mínimo	6	5		1	
Média	27	12		4	
Mediana	25	13		4	
Máximo	65	18		9	
Desvio Padrão	16	4		2	

Elaborado pelos autores

Dentre as categorias de riscos mais reportadas pelas entidades estão: Condições econômicas, políticas e de mercado (96% da amostra), Riscos associados à atuação do acionista controlador (92% da amostra), Riscos aos acionistas (92% da amostra), Riscos regulatórios (88% da amostra) e Riscos financeiros e de caixa (80% da amostra), conforme pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2 - As quinze categorias de riscos mais divulgadas pelas entidades

	Categorias de riscos	Quantidade	Representatividade da amostra
1	Condições econômicas, políticas e de mercado	24	96%
2	Riscos associados à atuação do acionista controlador	23	92%
3	Riscos aos acionistas	23	92%
4	Riscos regulatórios	22	88%
5	Riscos financeiros e de caixa	20	80%
6	Riscos associados à execução da estratégia de negócios	18	72%
7	Risco de inadimplência	18	72%
8	Riscos operacionais	17	68%
9	Concorrência	16	64%

	Categorias de riscos	Quantidade	Representatividade da amostra
10	Riscos socioambientais	15	60%
11	Riscos ao comércio exterior	13	52%
12	Riscos tributários	13	52%
13	Riscos associados à dependência em relação a fornecedores	12	48%
14	Riscos jurídicos	12	48%
15	Riscos associados às subsidiárias, às controladas ou às investidas	12	48%

Elaborado pelos autores

Dentre os principais assuntos de auditoria entre as instituições financeiras estão: Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (60% da amostra), Passivos contingentes (52% da amostra), Crédito tributário (52% da amostra), Ambiente de tecnologia da informação (48% da amostra) e Instrumentos financeiros (36% da amostra), conforme demonstrado a tabela 3. Vale destacar que duas entidades não apresentaram os principais assuntos de auditoria em seus respectivos pareceres.

Tabela 3 - Os principais assuntos de auditoria das instituições financeiras

Assuntos de Auditoria	Quantidade	Representatividade e da amostra
	15	60%
1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD		
	13	52%
2 Passivos contingentes		
	13	52%
3 Crédito tributário		
	12	48%
4 Ambiente de tecnologia da informação		
	9	36%
5 Instrumentos Financeiros		
	7	28%
6 Redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes		

		7	28%
7	Benefício pós emprego		
		6	24%
8	Controladas e coligadas		
		4	16%
9	Outros assuntos		
		3	12%
10	Provisões técnicas (seguro, previdência etc.)		
		2	8%
11	Aquisição do Controle e/ou Combinação de Negócios		
		2	8%
12	Ativo intangível		
		2	8%
13	Nada consta no parecer os assuntos de auditoria		

Elaborado pelos autores

A tabela 4 apresenta o resultado da análise do nível de congruência, representatividade entre os assuntos de auditoria e as categorias de riscos, entre os principais assuntos de auditoria e os fatores riscos que afetam as entidades e são divulgados em seus respectivos formulários de referências.

Tabela 4 - Resultados do nível de congruência entre os principais assuntos de auditoria e os fatores de riscos das instituições financeiras

Entidades	Quantidade de Assuntos de Auditoria	Quantidade de Categorias de Riscos divulgadas	Quantidade de assuntos de auditoria alinhados aos riscos divulgados	Nível de congruência	Quantidade de assuntos de auditoria que não existem fatores de riscos divulgados	Aderência do assunto de auditoria reportado entre os fatores de riscos
1 <u>Entidade 1</u>	9	14	7	50%	2	78%
2 <u>Entidade 2</u>	7	17	6	35%	1	86%
3 <u>Entidade 3</u>	6	15	5	33%	1	83%
4 <u>Entidade 4</u>	7	15	4	27%	3	57%
5 <u>Entidade 5</u>	7	15	4	27%	3	57%

Entidades	Quantidade de Assuntos de Auditoria	Quantidade de Categorias de Riscos divulgadas	Quantidade de assuntos de auditoria alinhados aos riscos divulgados	Nível de congruência	Quantidade de assuntos de auditoria que não existem fatores de riscos divulgados	Aderência do assunto de auditoria reportado entre os fatores de riscos
6 <u>Entidade 6</u>	3	13	3	23%	0	100%
7 <u>Entidade 7</u>	1	5	1	20%	0	100%
8 <u>Entidade 8</u>	1	5	1	20%	0	100%
9 <u>Entidade 9</u>	4	10	2	20%	2	50%
10 <u>Entidade 10</u>	4	12	2	17%	2	50%
11 <u>Entidade 11</u>	5	12	2	17%	3	40%
12 <u>Entidade 12</u>	3	7	1	14%	2	33%

Entidades	Quantidade de Assuntos de Auditoria	Quantidade de Categorias de Riscos divulgadas	Quantidade de assuntos de auditoria alinhados aos riscos divulgados	Nível de congruência	Quantidade de assuntos de auditoria que não existem fatores de riscos divulgados	Aderência do assunto de auditoria reportado entre os fatores de riscos
13 <u>Entidade 13</u>	3	8	1	13%	2	33%
14 <u>Entidade 14</u>	4	8	1	13%	3	25%
15 <u>Entidade 15</u>	2	18	2	11%	0	100%
16 <u>Entidade 16</u>	3	9	1	11%	2	33%
17 <u>Entidade 17</u>	3	12	1	8%	2	33%
18 <u>Entidade 18</u>	4	13	1	8%	3	25%
19 <u>Entidade 19</u>	3	15	1	7%	2	33%

Entidades	Quantidade de Assuntos de Auditoria	Quantidade de Categorias de Riscos divulgadas	Quantidade de assuntos de auditoria alinhados aos riscos divulgados	Nível de congruência	Quantidade de assuntos de auditoria que não existem fatores de riscos divulgados	Aderência do assunto de auditoria reportado entre os fatores de riscos
20 <u>Entidade 20</u>	4	15	1	7%	3	25%
21 <u>Entidade 21</u>	0	13	0	0%	0	-
22 <u>Entidade 22</u>	0	17	0	0%	0	-
23 <u>Entidade 23</u>	1	15	0	0%	1	0%
24 <u>Entidade 24</u>	4	8	0	0%	4	0%
25 <u>Entidade 25</u>	5	7	0	0%	5	0%
Média			1,88	15%	1,84	50%

Elaborado pelos autores

Observa-se que o nível de congruência entre os assuntos de auditoria e os fatores de riscos é baixo, em média de 15% para a amostra analisada. O que significa que os riscos inerentes dessas entidades não são tratados entre os assuntos de auditoria. A entidade que apresentou o maior nível de congruência, foi de 50%, ou seja, os assuntos de auditoria cobriram 50% das categorias de riscos reportadas no formulário de referência e também apresentou a maior quantidade de assuntos de auditoria alinhados aos riscos divulgados, no caso 7.

Nota-se que 1,88 é a quantidade média de assuntos de auditoria alinhados aos riscos divulgados. Por outro lado, observou-se que existem, em média, 1,84 assuntos de auditoria que não são apresentados como fatores de riscos.

Adicionalmente, nota-se que todos os assuntos de auditoria estão divulgados dentre os fatores de riscos da Companhia, para apenas 4 entidades. Por outro lado, 3 entidades não tiveram nenhum assunto de auditoria alinhado aos fatores de riscos reportados, portanto não apresentaram nenhum nível de congruência.

Os assuntos de auditoria que mais foram reportados entre os fatores de riscos das instituições foram: Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (56% da amostra), Controladas e coligadas (24% da amostra) e Ambiente de tecnologia da informação (24% da amostra), conforme pode ser observado na tabela 5.

Tabela 5 - Resultados com os assuntos de auditoria mais reportados dentre os fatores de riscos das instituições financeiras

Assuntos de Auditoria	Quantidade	Representatividade e da amostra
	14	56%
1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD		
	6	24%
2 Controladas e coligadas		

Assuntos de Auditoria	Quantidade	Representatividade e da amostra
	6	24%
3 Ambiente de tecnologia da informação		
	5	20%
4 Instrumentos Financeiros		
	4	16%
5 Redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes		
	4	16%
6 Crédito tributário		
	3	12%
7 Benefício pós emprego		
	2	8%
8 Aquisição do Controle e/ou Combinação de Negócios		
	2	8%
9 Provisões técnicas (seguro, previdência etc.)		

Assuntos de Auditoria	Quantidade	Representatividade e da amostra
	1	4%
10 Passivos contingentes		

Elaborado pelos autores

Na tabela 6, observa-se que assuntos de auditoria que não foram reportados como riscos para as instituições financeiras foram: Passivos contingentes (25% da amostra), Crédito tributário (19% da amostra) e Ambiente de tecnologia da informação (13% da amostra).

Tabela 6 - Resultados com os assuntos de auditoria que não foram reportados dentre os fatores de riscos das instituições financeiras

Assuntos de Auditoria	Quantidade	Representatividade e da amostra
	12	48%
1 Passivos contingentes		
	9	36%
2 Crédito tributário		
	6	24%
3 Ambiente de tecnologia da informação		

		4	16%
4	Benefício pós emprego		
		4	16%
5	Instrumentos Financeiros		
		4	16%
6	Outros assuntos		
		3	12%
7	Redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes		
		2	8%
8	Ativo intangível		
		1	4%
10	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD		
		1	4%
11	Provisões técnicas (seguro, previdência etc.)		

Elaborado pelos autores

A tabela 7 demonstra 16 categoria de riscos que foram divulgadas e que não foram tratados dentre os assuntos de auditoria pelas entidades. Nota-se que apenas 4 dessas categorias de riscos são predominantemente exógenos, ou seja que a companhia possui baixa gestão ou influência sobre eles, que são: Condições econômicas, políticas e de

mercado, Riscos regulatórios (alteração no ambiente legal, principalmente), Concorrência e Riscos associados à ação da natureza.

Tabela 7 - Resultados com os riscos que não foram tratados dentre os assuntos de auditoria

Categorias de riscos

- 1 Condições econômicas, políticas e de mercado

- 2 Riscos associados à atuação do acionista controlador

- 3 Riscos regulatórios

- 4 Riscos aos acionistas

- 5 Riscos associados à execução da estratégia de negócios

- 6 Riscos operacionais

Categorias de riscos

- 7 Concorrência

- 8 Riscos socioambientais

- 9 Riscos ao comércio exterior

- 10 Riscos associados à dependência em relação a fornecedores

- 11 Riscos associados ao capital humano

- 12 Riscos associados ao produto

- 13 Concentração das fontes de receita

- 14 Riscos associados à ação da natureza

Categorias de riscos

15 Riscos associados a insumos

16 Riscos associados aos gestores

Elaborado pelos autores

Por fim, o risco de inadimplência, para 72% da amostra, foi o risco que mais foi tratado dentre os assuntos de auditoria durante o ano de 2016. Em seguida, os riscos associados às subsidiárias, às controladas ou às investidas (24% da amostra) e os riscos da tecnologia da informação (24% da amostra), conforme apresentado na tabela 08.

Tabela 8 - Resultados com os riscos que mais foram tratados dentre os assuntos de auditoria

Categoria de riscos	Quantidade	Representatividade da amostra
	18	72%
Risco de inadimplência		
	6	24%
Riscos associados às subsidiárias, às controladas ou às investidas		

	6	24%
Riscos da tecnologia da informação		
	5	20%
Riscos financeiros e de caixa		
	4	16%
Riscos tributários		
	3	12%
Riscos associados às demonstrações financeiras		
	2	8%
Riscos associados a combinação de negócios		
	2	8%
Riscos associados aos seguros contratados		
	1	4%
Riscos jurídicos		

Elaborado pelos autores

5. Considerações finais

Desde 2009, as Companhias abertas devem descrever e divulgar os fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento pelos *stakeholders*. E, em 2016 foi aprovada e divulgada a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TA CFC Nº 701 DE

17/06/2016) que trata da responsabilidade do auditor de comunicar os principais assuntos de auditoria em seu relatório sobre as demonstrações contábeis.

Nesse contexto esse estudo teve por objetivo avaliar o nível de assimetria entre as preocupações do auditores e sua revisão sobre as demonstrações contábeis, bem como os riscos divulgados pelas instituições financeiras de capital aberto.

De forma geral, observou-se o baixo nível de congruência entre os fatores de riscos das entidades e os principais assuntos do ponto de vista dos auditores, nesse caso a média geral foi de 15%. A entidade que apresentou o maior nível de congruência, foi de 50%, ou seja, os assuntos de auditoria cobriram 50% das categorias de riscos reportadas no formulário de referência e também apresentou a maior quantidade de assuntos de auditoria alinhados aos riscos divulgados, no caso 7.

Os assuntos de auditoria que mais foram reportados entre os fatores de riscos das instituições foram: Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (56% da amostra), Controladas e coligadas (24% da amostra) e Ambiente de tecnologia da informação (24% da amostra). E por outro lado, os assuntos de auditoria que não foram reportados como riscos para as instituições financeiras foram: Passivos contingentes (25% da amostra), Crédito tributário (19% da amostra) e Ambiente de tecnologia da informação (13% da amostra). Adicionalmente, foram identificadas 16 categoria de riscos que não foram tratadas e/ou endereçadas dentre os assuntos de auditoria por nenhuma das entidades analisadas.

Alguns questionamentos surgem após esse estudo, como mensurar os impactos desses riscos nas demonstrações financeiras dessas entidades? O que e como as companhias fazem a gestão desses riscos? E, como os auditores avaliam esses aspectos dentre os seus procedimentos? Como melhorar o alinhamento entre os riscos inerentes de uma companhia e os assuntos de auditoria?

Como oportunidade de próximos estudos, recomenda-se a análise para outros setores da economia ou mesmo efetuar comparativos entre setores.

Referências

Bédard, J., Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2014, January). Costs and benefits of reporting Key Audit Matters in the audit report: The French experience. In *International Symposium on Audit Research*. Available at: http://documents.escdijon.eu/pdf/cig2014/ACTESDUCOLLOQUE/BEDARD_GONTHIER_BESACIER_SCHATT.pdf.

Beuren, I. M. (2008). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. 3ª Edição. São Paulo: Atlas.

Brasel, K., Doxey, M. M., Grenier, J. H., & Reffett, A. (2016). Risk disclosure preceding negative outcomes: The effects of reporting critical audit matters on judgments of auditor liability. *The Accounting Review*, 91(5), 1345-1362.

Christensen, B. E., Glover, S. M., & Wolfe, C. J. (2014). Do critical audit matter paragraphs in the audit report change nonprofessional investors' decision to invest?. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 33(4), 71-93.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 701 – Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor

independente. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA701> Acesso em: 17 dez. 2017.

Cordos, G. S., & Fülöpa, M. T. (2015). Understanding audit reporting changes: introduction of Key Audit Matters. *Accounting and Management Information Systems*, 14(1), 128.

Deliberação CVM n. 480, de 7 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários. Recuperado de <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst480.html>. Acesso em: 17 dez. 2017.

de Matos, T. M. P., & Cardoso, R. L. (2017, September). O impacto de Key Audit Matters (KAM) sobre a análise das demonstrações contábeis e sobre a propensão a investir. In 3º Congresso UnB de Contabilidade e Governança-3rd UnB Conference on Accounting and Governance.

Ofício Circular CVM nº 02, de 29 de fevereiro de 2016. Orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, estrangeiras e incentivadas. Recuperado de <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/oficios-circulares/sep/anexos/oc-sep-0216.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

PwC (2016). Demonstrações Financeiras e Sinopses Normativa e Legislativa - Guia 2016/2017. Disponível em <https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/guia-demonstracoes-financeiras/assets/guia-demonstracoes-financeira-16.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

Rocha, I., Pereira, A. M., Bezerra, F. A., & do Nascimento, S. (2012). Análise da produção científica sobre teoria da agência e assimetria da informação. *REGE-Revista de Gestão*, 19(2), 329-341.

Sirois, L. P., Bédard, J., & Bera, P. (2017). The informational value of key audit matters in the auditor's report: Evidence from an eye-tracking study.

Anexo I - Relação de empresas do Segmento “Banco” de capital aberto na B3.

Nome da instituição financeira	Nome da instituição financeira
1 ALFA HOLDINGS S.A.	14 <u>BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.</u>
2 <u>BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO</u>	15 <u>BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.</u>
3 <u>BCO ABC BRASIL S.A.</u>	16 <u>BCO PAN S.A.</u>
4 <u>BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.</u>	17 <u>BCO PATAGONIA S.A.</u>
5 <u>BCO AMAZONIA S.A.</u>	18 <u>BCO PINE S.A.</u>
6 <u>BCO BRADESCO S.A.</u>	19 <u>BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.</u>

Nome da instituição financeira	Nome da instituição financeira
7 <u>BCO BRASIL S.A.</u>	20 <u>BCO SANTANDER S.A.</u>
8 <u>BCO BTG PACTUAL S.A.</u>	21 <u>BRB BCO DE BRASILIA S.A.</u>
9 <u>BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE</u>	22 <u>CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.</u>
10 <u>BCO ESTADO DO PARA S.A.</u>	23 <u>ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.</u>
11 <u>BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.</u>	24 <u>ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.</u>
12 <u>BCO INDUSVAL S.A.</u>	25 <u>PARANA BCO S.A.</u>
13 <u>BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.</u>	

Fonte: Site da B3 (http://www3.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm)

Anexo II - Categorias de riscos propostas pelos autores.

#	Categorias	#	Categorias
1	Riscos regulatórios	14	Riscos ao comércio exterior
2	Riscos aos acionistas	15	Concentração das fontes de receita
3	Concorrência	16	Riscos associados ao capital humano
4	Riscos associados à execução da estratégia de negócios	17	Riscos da tecnologia da informação
5	Riscos operacionais	18	Riscos tributários
6	Condições econômicas e de mercado	19	Riscos socioambientais

#	Categorias	#	Categorias
7	Riscos associados à atuação do acionista controlador	20	Riscos associados ao produto
8	Riscos jurídicos	21	Riscos associados à ação da natureza
9	Riscos associados aos gestores	22	Riscos associados às subsidiárias, às controladas ou às investidas
10	Risco de inadimplência	23	Riscos associados à dependência em relação a fornecedores
11	Riscos financeiros e de caixa	24	Riscos associados a combinação de negócios
12	Riscos associados a insumos	25	Riscos associados às demonstrações financeiras

#	Categorias	#	Categorias
13	Riscos associados aos seguros contratados	26	Riscos associados a partes relacionadas